



Oliveira do Bairro câmara municipal

PROGRAMA DE CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO

Procedimento por **Concurso Público**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2008 de 31 de agosto, para:

“Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

PROGRAMA DE CONCURSO

Cláusula 1.^a - Objeto do procedimento

1. O presente concurso público, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 1 do art.º 20º, ambos do CCP, tem por objeto principal a celebração de um contrato para **“Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”**, cujas especificações e características técnicas se encontram melhor definidas no Caderno de Encargos e nos **Anexos E, F, G, H e I** ao Programa de Procedimento, nos termos dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (doravante apenas identificado pela sigla **CCP**):

Lote 1 - Escola Básica de Bustos – Confeção local

Lote 2 - Escola Básica da Mamarrosa – Confeção local e com acompanhamento

Lote 3 - Escola Básica de Oiã Nascente – Confeção local

Lote 4 - Escola Básica de Oiã Poente - Transporte a quente

Lote 5 - Escola Básica de Oliveira do Bairro – Confeção local e com acompanhamento

Lote 6 - Escola Básica da Palhaça – Confeção local e com acompanhamento

Lote 7 - Escola Básica do Troviscal – Confeção local

Lote 8 - Escola Básica de Vila Verde - Transporte a quente

Lote 9 - Escola Básica Integrada Dr. Fernando Peixinho - Confeção local

Lote 10 - Escola Básica de Dr. Acácio de Azevedo - Confeção local

Lote 11 - Escola Básica de Frei Gil - Confeção local

Lote 12 - Escola Secundária de Oliveira do Bairro - Transporte a quente

2. Os concorrentes podem concorrer a todos os lotes ou a mais do que um dos lotes objeto do presente concurso, devendo, no entanto, apresentar proposta para todos os artigos que integram cada um dos lotes a que concorrem.

3. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para Contratos Públicos), adotado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007, o objetivo do presente procedimento tem a seguinte classificação: 55524000-9.

Cláusula 2.^a - Entidade adjudicante

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

A entidade pública contratante é o Município de Oliveira do Bairro, a quem os interessados no âmbito do presente procedimento devem dirigir as suas comunicações e cujos contactos são os seguintes: Praça do Município, 3770-851 Oliveira do Bairro, NIPC 501 128 840, com o número de telefone 234 732 100 e de telefax 234 732 112 e com o endereço eletrónico cmolb@cm-olb.pt, sítio: www.cm-olb.pt, plataforma eletrónica utilizada: <http://www.acingov.pt>.

Cláusula 3.^a - Órgão competente para a decisão de contratar e fundamento da escolha do concurso público

1. A decisão de contratar, consubstanciada na autorização de abertura de Procedimento por Concurso Público, previstos nos normativos supra referidos, foi determinada por deliberação em Reunião de Câmara, datada de **24 de Abril de 2025 e retificada em reunião de Câmara de 8 de Maio de 2025 e despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 22 de Maio de 2025 sujeito ratificação na próxima Reunião de Câmara de 30 de Maio de 2025**, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, artigo reprimado pela Resolução n.º 86/2011 de 11 de abril da Assembleia da República e do artigo 36.º do CCP e alíneas f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e para os efeitos previstos no artigo 38.º do CCP.
2. O fundamento da escolha do procedimento de concurso público com publicidade internacional releva do estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP.

Cláusula 4.^a - Preço base

4.1 O preço base do presente procedimento fixado no **CE-Caderno de Encargos** é de **1.336.322,96 €** (um milhão trezentos e trinta e seis mil trezentos e vinte e dois euros e noventa e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, num **valor máximo por refeição de:**

- Refeições do Pré-escolar com confeção local: 2,28 €
- Refeições do Pré-escolar transportada a quente: 2,45 €
- Lanches do Pré-escolar: 1,08 €
- Refeições do 1.º Ciclo com confeção local: 2,61 €
- Refeições do 1.º Ciclo transporte a quente: 2,73 €
- Lanches do 1.º Ciclo: 1,08 €
- Refeições do 1.º Ciclo com confeção local e com acompanhamento de duas pessoas durante o período de refeição (12h00 às 13.30h): 2,75 €.

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

- Refeições do 2º e 3º Ciclo com confeção local: 2,74 €
- Refeições do Secundário transportada a quente: 3,51€
- Refeições do Secundário para adultos transportada a quente: 3,51€
- Refeições para adultos: 3,39 €
- Refeição tipo Piquenique: Valor igual ao da respetiva refeição

sendo o referido montante o **valor máximo**, distribuído **por lotes** da seguinte forma:

Lote 1

Escola Básica de Bustos – Confeção local

1ºCEB: 22 446 Almoços;

Pré-escolar: 9 600 Refeições; 6 990 Lanches

Adultos: 174 Refeições

Preço Base: **88.611,12 €** (oitenta e oito mil seiscientos e onze euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 2

Escola Básica da Mamarrosa – Confeção local e com acompanhamento

1ºCEB: 9 048 Refeições

Pré-escolar: 4 509 Refeições; 3 495 Lanches

Adultos: 174 Refeições

Preço Base: **39.526,98 €** (trinta e nove mil quinhentos e vinte e seis euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 3

Escola Básica de Oiã Nascente – Confeção local

1ºCEB: 16 008 Refeições

Pré-escolar: 10 013 Refeições; 8 621 Lanches

Adultos: 174 Refeições

Preço Base: **74.511,06 €** (setenta e quatro mil quinhentos e onze euros e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 4

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Escola Básica de Oiã Poente - Transporte a quente

1ºCEB: 13 920 Refeições; 12 116 Lanches

Pré-escolar: 8 140 Refeições; 4 660 Lanches

Adultos: 174 Refeições

Preço Base: **76.652,54 €** (setenta e seis mil seiscientos e cinquenta e dois euros e cinquenta e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 5

Escola Básica de Oliveira do Bairro – Confeção local e com acompanhamento

1ºCEB: 37 584 Refeições

Pré-escolar: 13 670 Refeições; 9320 Lanches

Adultos: 174 Refeições

Preço Base: **145.179,06 €** (cento e quarenta e cinco mil cento e setenta e nove euros e seis centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 6

Escola Básica da Palhaça – Confeção local e com acompanhamento

1ºCEB: 21 924 Refeições

Pré-escolar: 10 765 Refeições; 8 155 Lanches

Adultos: 174 Refeições

Preço Base: **94.232,46 €** (noventa e quatro mil duzentos e trinta e dois euros e quarenta e seis centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 7

Escola Básica do Troviscal – Confeção local

1ºCEB: 21 576 Refeições

Pré-escolar: 9 600 Refeições; 6 990 Lanches

Adultos: 174 Refeições

Preço Base: **86.340,42 €** (oitenta e seis mil setecentos, trezentos e quarenta euros e quarenta e dois centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 8

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Escola Básica de Vila Verde - Transporte a quente

1ºCEB: 15 312 Refeições; 9 320 Lanches

Pré-escolar: 10 647 Refeições; 7 689 Lanches

Adultos: 174 Refeições

Preço Base: **86.846,49 €** (oitenta e seis mil oitocentos e quarenta e seis euros e quarenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 9

Escola Básica Integrada Dr. Fernando Peixinho - Confeção local

2º e 3º CEB: 39 150 Refeições;

1ºCEB: 28 884 Refeições;

Pré-escolar: 9 600 Refeições; 6 990 Lanches

Adultos: 522 Refeições

Preço Base: **213 865,02 €** (duzentos e treze mil oitocentos e sessenta e cinco euros e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 10

Escola Básica de Dr. Acácio de Azevedo - Confeção local

2º e 3º CEB: 64 380 Refeições

Adultos: 522 Refeições

Preço Base: **178 170,78 €** (cento e setenta e oito mil e cento e setenta euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 11

Escola Básica de Frei Gil - Confeção local

2º e 3º CEB: 41 760 Refeições

Adultos: 522 Refeições

Preço Base: **116 191,98 €** (cento e dezasseis mil, cento e noventa e um euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

Lote 12

Escola Secundária de Oliveira do Bairro – Transporte a quente

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Secundária: 38 280 Refeições

Adultos: 522 Refeições

Preço Base: **136 195,02 €** (cento e trinta e cinco mil trezentos e oitenta e um euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor

valor este que é o **preço máximo** que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação dos serviços que constituem o objeto do contrato, de acordo com as condições previstas no **CE - Cláusulas Jurídicas e Técnicas**, sendo excluída a proposta com preço superior ao referido.

4.2 O preço base referido no número anterior, ao abrigo do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, foi fundamentado com base em critérios objetivos, designadamente os valores respeitantes ao procedimento anterior para prestação do mesmo tipo, ou seja, o procedimento relativo ao ano letivo de 2024/2025.

Cláusula 5.ª – Prazo de Vigência

O presente contrato na modalidade de fornecimento contínuo, **será vigente durante o Ano Letivo de 2025/2026 (setembro 2025 a julho de 2026)**, período esse, em que será necessário o fornecimento de refeições aos alunos inscritos nas refeições escolares e durante as interrupções letivas, nomeadamente aos alunos inscritos em prolongamento de horário e ATL, mantendo as mesmas condições estabelecidas.

Cláusula 6.ª - Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento para **“Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”**, o Anúncio, o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma eletrónica www.acingov.pt, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133º do CCP.

2. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

3. Para mais informações detalhadas contate o call center da acinGov, através do número 707 451 451.

4. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 32º da Lei n.º 96/2015, de 17.08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma Acingov, apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Cláusula 7.^a – Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

1. Nos termos estipulados no n.º 1 do artigo 50.º do CCP, os interessados podem **até ao termo do primeiro terço** do prazo fixado para a apresentação da proposta, solicitar por escrito, na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, na funcionalidade de “Pedidos” e clicar na opção “Pedidos de Esclarecimentos/Retificação”, esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento e apresentar a lista de erros e omissões, na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.º 2 e 4 do artigo 50º do CCP.
2. A resposta aos esclarecimentos solicitados e aos erros e omissões assinalados a que se refere o número anterior, serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, nos termos estipulados no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, **até ao termo do segundo terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos e as retificações são publicitados na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, na funcionalidade de “Pedidos”>“Pedidos de Esclarecimento/Retificação”, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
4. O órgão competente para a decisão de contratar deve proceder à retificação das peças do procedimento, até ao termo do prazo, sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites e deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até ao final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto no artigo 64º do CCP.
6. Os esclarecimentos e as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 8.^a - Concorrentes

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

1. Poderão ser concorrentes quaisquer entidades que não se encontrem abrangidas pelos impedimentos descritos no artigo 55.º e no artigo 55.º-A do CCP, e que se encontrem habilitadas para a execução do contrato.
2. Ao concurso poderão ainda apresentar-se agrupamentos de empresas ou pessoas individuais, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas ou pessoas do agrupamento satisfaçam as disposições legais adequadas ao exercício da atividade.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos o artigo 53.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14º, do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Cláusula 9.ª – Contagem dos prazos

1. Os prazos estabelecidos no presente programa do procedimento contam-se nos termos do artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, com exceção do disposto no número seguinte, e não lhes é aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

Cláusula 10.ª - Documentos da proposta

1. A proposta será instruída obrigatoriamente com os seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)** previsto no nº 6 do artigo 57º do CCP na redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei 111-B/2017 de 31 agosto), **documento (DEUCP)** este que **deve ser obtido e preenchido** na área específica do **Portal da Comissão Europeia**, através do seguinte endereço eletrónico <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/iter?lang=pt>
 - b) Proposta de Preço, a ser elaborada de acordo com o ANEXO B ao presente **Programa de Concurso**, devendo indicar o **preço global da proposta** sem incluir o IVA, devendo o preço ser indicado em algarismos e por extenso, **até ao máximo de três (3) casas decimais**, prevalecendo este em caso de divergência e ser

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

expressamente mencionado que ao preço unitário indicado acresce, se for o caso, o IVA respetivo, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável.

- c) **Lista de preços unitários, por refeição e por lanche, por lote**, detalhada por preço global e por preços totais e unitários, **por lote**;
 - d) Declaração de Mandato: em caso de representação, deverá ser apresentada esta declaração emitida para o efeito, sob pena de exclusão.
 - e) Certidão do registo permanente, código do acesso à mesma, ou documento equivalente, que permita conferir o poder de representação e assinatura do assinante.
2. A proposta poderá ainda ser acompanhada dos seguintes documentos:
- a) Declaração com referência a aspetos que, do ponto de vista dos concorrentes, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos serviços/fornecimento proposto.
3. Cada concorrente deve indicar claramente a que lote(s) concorre, podendo apresentar proposta para um ou mais lotes, ou para todos os lotes a concurso.
4. O proponente deverá assinar eletronicamente os documentos acima referidos nas alíneas a) e b) e também, se for o caso, os documentos indicados nas alíneas c) e d) e todos os demais documentos que associar à proposta, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos artigos 54.º e 69.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, devendo para o efeito utilizar certificados digitais emitidos por uma entidade certificadora do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado.
5. Para efeitos de autenticidade da assinatura eletrónica de todos os documentos, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento oficial, nomeadamente, certidão de registo permanente, ou código de acesso ou documento equivalente, indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 7 do artigo 54.º da Lei 96/2015 de 17 de agosto.
6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos para cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.



Oliveira do Bairro câmara municipal

7. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos concorrentes nos termos do artigo 66º do CCP.

Cláusula 11ª - Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, de acordo com o n.º 1 do artigo 58.º do CCP, ou, no caso de não o serem, deverão ser acompanhados da tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
2. Os documentos que o proponente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, podem ser redigidos em língua estrangeira.

Cláusula 12ª – Tradução de documentos não apresentados em língua portuguesa

Os documentos referidos na cláusula 9ª, no caso de não serem apresentados em língua portuguesa, deverão ser acompanhados da tradução devidamente legalizada e em relação à qual o proponente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 13ª - Prazo de apresentação das propostas

1. As propostas deverão ser apresentadas **até às 17h00m00s do 30.º (trigésimo) dia contado da data do envio desse anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia**, não se incluindo na contagem o dia da publicação.
2. Nos termos do n.º 3 do artigo 470º do CCP, o prazo fixado para a apresentação das propostas não se suspende nos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 14ª – Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica localizada no sítio eletrónico **<http://www:acingov.pt>**, disponibilizada pela empresa acinGOV, nos termos previstos no nº 1 do artigo 62.º do CCP.
2. A proposta será instruída com os seguintes documentos a inserir na Plataforma Eletrónica acinGov., elaborada de acordo com o Anexo B e deverá ser constituída pelos documentos referidos no artigo 57.º do CCP;
3. A proposta e todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais conforme o estipulado no artigo 54 º, da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

4. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de exclusão da proposta nos termos do disposto no artigo 146.º do CCP. Sempre que a proposta seja assinada por um procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poder para o efeito, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.

- Em caso de alguma dúvida, favor contactar o Call Center – 707 451 451

Cláusula 15.ª - Retirada da Proposta

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto ao Município de Oliveira do Bairro, nos termos do disposto no artigo 137.º do CCP. Tal facto não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo estipulado para apresentação da mesma. O modo de apresentação das propostas rege-se de acordo com o estipulado no artigo 62º do CCP.

Cláusula 16ª - Propostas variantes

Não são admitidas propostas que sejam variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP, nem são admitidas propostas parciais.

Cláusula 17ª – Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Cláusula 18ª - Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas

1. Quando as retificações ou esclarecimentos previstos na cláusula 7.ª sejam comunicadas, pela entidade adjudicante, para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

2. As retificações ou a aceitação de erros e omissões das peças do procedimento, referidas na cláusula 6.ª, independentemente de o momento da sua comunicação implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao prazo decorrido desde o início daquele prazo, até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso no Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP.

Cláusula 19ª – Júri do Procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes, designados pela entidade competente para decisão de contratar.
2. Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente, a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a condução da abertura do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.
3. O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.
4. O funcionamento e as competências do júri são as previstas nos artigos 68.º e 69.º do CCP, podendo ser dispensado nos procedimentos em que seja apresentada apenas uma proposta nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do mesmo código.

Cláusula 20ª - Abertura das propostas, publicação da lista de concorrentes e consulta das propostas

1. A abertura das propostas será efetuada eletronicamente, pelo júri do procedimento, **no 1.º dia útil seguinte à data-limite de entrega das propostas.**
2. O júri do concurso disponibilizará no dia da abertura do concurso na plataforma a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.

Cláusula 21ª - Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Cláusula 22ª - Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita, por lote, segundo o critério de proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade da avaliação monofator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua atual redação.

2. A adjudicação será efetuada à proposta do concorrente que apresente o preço mais baixo em cada lote.

Em caso de igualdade de preço de propostas por lote, será efetuado um sorteio apenas entre as mesmas, para determinar a que ficará em 1.º lugar.

3. O sorteio far-se-á por extração de bolas numeradas e colocadas no interior de um saco opaco, a efetuar pelos concorrentes das propostas de preço igual. A proposta do concorrente que tirar a bola com o mais baixo número mais baixo será a vencedora.

4. Se após a aplicação do critério de desempate estabelecidos no número anterior persistir o empate entre propostas, a ordenação das mesmas será efetuada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo Júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação via plataforma eletrónica.

5. A adjudicação sob a forma de lotes tem em vista incentivar a participação de pequenas e médias empresas.

6. Nos termos e ao abrigo do nº 4 do artigo 46º-A do CCP na sua atual redação, apenas **pode ser adjudicado um lote por cada concorrente**, exceto se existir uma única proposta ou se o nº de lotes a adjudicar for superior ao número de concorrentes admitidos, situação em que poderá ser adjudicado um segundo Lote ao concorrente que para ele apresentar melhor proposta, sendo que, só poderá ser adjudicado um terceiro Lote ao concorrente que para ele apresentar melhor proposta quando a todos os concorrentes já tenha sido adjudicado um segundo Lote.

7. No caso de um concorrente apresentar simultaneamente a vários lotes uma proposta de valor mais baixo, e atendendo à limitação da adjudicação a apenas um lote, atribui-se a esse concorrente o lote de maior valor.

Cláusula 23ª – Análise, avaliação das propostas e relatório preliminar

1. Na fase de apreciação das propostas e sempre que se considere necessário, para efeitos de análise e da avaliação das mesmas, o júri do procedimento pode pedir aos



Oliveira do Bairro câmara municipal

concorrentes, esclarecimentos e suprimientos das propostas apresentadas, fixando prazo para a sua apresentação, nos termos do artigo 72.º do CCP.

2. Na sequência do disposto no número anterior, os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

3. O Júri deve solicitar aos concorrentes que no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, nos termos do n.º 3 do artigo 72º do CCP.

4. Na análise das propostas, o júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deva ser corrigido.

5. Os esclarecimentos e suprimientos de irregularidades das propostas solicitadas pelo Júri, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados, imediatamente, na plataforma acinGov, a todos os concorrentes.

6. Após a análise das propostas, o júri elabora um Relatório Preliminar fundamentado das mesmas, ordenando-as classificativamente de acordo com o critério de adjudicação referidos no artigo anterior.

7. No relatório preliminar, o júri deve propor, fundamentadamente, as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, que revele alguma das deficiências previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Cláusula 24ª – Audiência prévia e relatório final

1. Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes, concedendo-lhes o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia nos termos do artigo 147.º do CCP.

2. Cumprido o disposto no ponto anterior ou decorrido o respetivo prazo, o júri elabora Relatório Final de Avaliação das Propostas, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se



Oliveira do Bairro câmara municipal

verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

3. No caso previsto no ponto anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

4. O relatório final e demais documentos que compõem o processo do presente concurso público serão enviados ao órgão competente para a decisão de contratar.

5. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Cláusula 25ª – Dever de adjudicação

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte, o órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.

2. **A adjudicação será feita por lote**, correspondendo a cada um deles, contratos separados.

3. A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março.

4. O **número de compromisso** deverá constar na(s) fatura(s)/recibo(s) a emitir para o pagamento das respetivas despesas inerentes ao presente contrato.

5. Não há lugar à adjudicação quando se verifiquem os pressupostos definidos no artigo 79.º do CCP.

Cláusula 26ª - Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando se verifiquem os pressupostos do artigo 79º do CCP, que determina a revogação de ato de contratar, quando:

- a) Nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem.



Oliveira do Bairro câmara municipal

2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
3. A decisão de não adjudicação, determina a revogação da decisão de contratar.
4. No caso da alínea c) do n.º 1 anterior é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

Cláusula 27ª - Notificação da adjudicação e Documentos de Habilitação

1. A **Decisão de Adjudicação** é comunicada até ao termo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e n.º 1 do artigo 77.º do CCP, simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o **Relatório Final**.
2. No prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** subsequentes à notificação da Decisão de Adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de “Adjudicações”, os seguintes Documentos de Habilitação nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP, e que constitui o **ANEXO D ao Programa do Procedimento**.
 - b) Documento comprovativo de Consentimento de Consulta de Declaração da Situação Contributiva de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do artigo 55.º nos termos do artigo 83.º-A do CCP;
 - c) Documento comprovativo de Autorização para Consulta de Situação Tributária de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do artigo 55.º nos termos do artigo 83.º-A do CCP;
 - d) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º nos termos do artigo 83.º-A do CCP, retificada pela Declaração n.º 36-A/2017 da PCM, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva e com a inscrição do fim a que destina “Contratação Pública”;
 - e) No caso de se tratar de uma empresa sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos de habilitação referidos nas alíneas anteriores, deve apresentar o respetivo comprovativo de inscrição na lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das



Oliveira do Bairro câmara municipal

habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

- f) Código de Consulta do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), para cumprimento do disposto no artigo 36º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado em Anexo à Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto.

3. O prazo fixado para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a **5 (cinco) dias úteis**, ao abrigo do previsto no n.º 2 do artigo 85º do CCP.

4. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

5. Caso se justifique, para cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, poderá ser solicitado ao adjudicatário, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da respetiva notificação, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos de titularidade das habilitações legalmente exigidas para execução das prestações, ainda que tal não conste no presente programa do procedimento.

6. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade dos documentos de habilitação, o órgão com a decisão de contratar poderá sempre exigir ao adjudicatário para que este apresente, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** os originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

7. Todos os documentos de habilitação deverão obrigatoriamente ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos em outra língua, sob pena de caducidade da adjudicação.

8. O adjudicatário tem **5 (cinco) dias úteis** para se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, designadamente a não apresentação dos documentos de habilitação, de acordo com o previsto nas alíneas a), b) e c) n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

9. Quando as situações previstas no do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, se verificarem por facto que não lhe seja imputável ao adjudicatário, será concedido, em função das razões



Oliveira do Bairro câmara municipal

invocadas, um prazo adicional de, no máximo **5 (cinco) dias úteis**, para a apresentação dos documentos de habilitação em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

10. Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário tem um prazo de máximo de **5 (cinco) dias úteis**, após a notificação da entidade adjudicante, para apresentação dos documentos de habilitação resultantes do suprimento de irregularidades detetadas nos mesmos.

11. Nos termos do n.º 10 do artigo 81º do CCP, o adjudicatário fica dispensado da apresentação dos documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do CCP, se estiver registado no Portal Nacional dos Fornecedores do Estado, disponível em www.pnfe.impic.pt.

12. Quando o adjudicatário ou o subcontratado, for nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio poderá apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

13. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica acinGov, nos termos do disposto no artigo 85º do CCP.

Cláusula 28ª – Força probatória dos documentos de habilitação

1. As entidades adjudicantes devem aceitar como prova bastante de que o adjudicatário não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP a apresentação de um certificado de registo criminal ou, na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontram satisfeitos.

2. As entidades adjudicantes devem aceitar como prova bastante de que o adjudicatário não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP um certificado emitido pela entidade competente.

3. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nos números anteriores ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Cláusula 29.^a - Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no presente programa de procedimento.
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP e no n.º 7 da cláusula 24.^a do presente programa do procedimento.
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, salvo se o programa do procedimento dispuser diferentemente e estabelecer a suficiência da redação dos documentos em língua estrangeira sem necessidade de tradução.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo não superior a 5 dias, para que pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no número 1, se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 30.^a - Aprovação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato, reduzida a escrito, em suporte papel ou em suporte informático, é aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicar, nos termos do artigo 98.º do CCP, pelo Município de Oliveira do Bairro.
2. A aprovação da minuta do contrato a celebrar tem por objetivo verificar se o seu conteúdo está conforme à decisão de contratar e a todos os documentos que o integram nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, sem prejuízo de serem propostos ajustamentos nos termos do disposto na cláusula seguinte.
3. Da minuta do contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos do contrato nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP.

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Cláusula 31ª – Ajustamentos ao conteúdo do contrato

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.
2. Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum:
 - a) A violação dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem a dos aspetos da execução do contrato a celebrar por aqueles não submetidos à concorrência;
 - b) A inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

Cláusula 32ª – Notificação da minuta do contrato

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no ponto anterior.

Cláusula 33ª - Aceitação da minuta do contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Cláusula 34ª – Reclamação da minuta do contrato

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o seu silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Cláusula 35ª – Notificação dos ajustamentos ao contrato

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Cláusula 36.^a - Redução do contrato a escrito

1. O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, podendo sê-lo em suporte papel quando não tiver sido utilizada a plataforma eletrónica para a tramitação do procedimento;
2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, tal como dos impostos legalmente devidos.

Cláusula 37.^a – Outorga do Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP e no presente programa do procedimento.
2. O prazo de 10 Dias previsto na alínea a) do número anterior não é aplicável quando só tenha sido apresentada uma proposta.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário o seguinte:
 - a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
 - b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

Cláusula 38.^a – Não outorga do contrato

1. A adjudicação caduca nos seguintes casos:
 - a) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato;
 - b) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
2. Se, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 da Cláusula 54.º do CCP e/ou nos termos previstos no presente Programa do Procedimento

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Cláusula 39ª – Representação na outorga do contrato

1. Na outorga do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento, a representação do Município de Oliveira do Bairro cabe ao seu órgão competente.
2. A competência prevista no número anterior para a representação do Município de Oliveira do Bairro na outorga do contrato pode ser delegada nos termos gerais.

Cláusula 40ª -Informações sobre o procedimento

1. A entidade adjudicante conservará, pelo prazo de quatro anos a contar da data da celebração do contrato, todos os documentos relativos ao procedimento de formação que permitam justificar todas as decisões tomadas e fornecer à Comissão Europeia as informações que esta solicitar sobre o mesmo, nomeadamente:
 - a) A decisão de escolha do procedimento e respetivos fundamentos;
 - b) A identificação dos concorrentes;
 - c) O teor das propostas apresentadas;
 - d) A decisão de adjudicação e respetivos fundamentos;
 - e) Os fundamentos da eventual exclusão de propostas;
 - f) As eventuais causas de não adjudicação;
 - g) O objeto do contrato e o respetivo preço contratual.
2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a todas as notificações e comunicações.
3. A entidade adjudicante deve enviar à Comissão Europeia, a pedido desta, um relatório contendo as informações sobre o procedimento e as decisões nele tomadas.

Cláusula 41ª - Legislação aplicável

Ao presente procedimento e, bem assim, em todo o omissso no presente Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Caderno de Encargos que preside ao concurso e no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação atualizada de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e nos termos das Declarações de Retificação n.ºs 36-A/2017, de 30 de outubro, e 42/2017, de 30 de novembro, e na Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, Declaração de Retificação n.º 25/2021; Decreto-Lei n.º 78/2022; Decreto-Lei n.º 54/2023 e na restante legislação especialmente aplicável.

CONCURSO PÚBLICO para “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos e Secundário do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro – Ano Letivo 2025/2026”



Oliveira do Bairro câmara municipal

Lista de Anexos ao presente Programa de Procedimento

Anexo A – Documento Europeu Único de Contratação Pública - DEUCP devendo o mesmo ser obtido e preenchido na área específica do Portal da Comissão Europeia, através do seguinte endereço eletrónico https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/_lter?lang=pt)

Anexo B – Modelo da Proposta

Anexo C – Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas

Anexo D – Modelo de Declaração do Adjudicatário

Anexo E – Caderno Encargos-Cláusulas Técnicas

Anexo F - Circular n.º 3097/DGE/2018, “Orientações sobre ementas e refeitórios escolares”;

Anexo G – Ementas Escolares 10 semanas- 2025_26

Anexo H – Ementas Escolares 12 semanas- 2025_26

Anexo I - Lanches - Capitação dos alimentos;

Anexo J – Inventário de Equipamento e Material Hoteleiro;

Anexo L - Registo da Execução - Refeições Escolares;

Paços de Concelho de Oliveira do Bairro, 22 de Maio de 2025

O Presidente da Câmara

Duarte dos Santos Almeida Novo, Dr.



Oliveira do Bairro câmara municipal

ANEXO A

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP na redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto]

Este **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)** este documento **deve ser obtido e preenchido** na área específica do **Portal da Comissão Europeia**, através do seguinte endereço eletrónico <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/iter?lang=pt>



Oliveira do Bairro câmara municipal

ANEXO B

Modelo da Proposta

(Modelo a que se refere a alínea b) da cláusula 9.^a do presente Programa de Procedimento)

_____ (indicar nome, estado civil, profissão e morada), em representação (1) de _____ com sede (1) em _____, pessoa coletiva n.º _____ (1), matriculada (1) na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, com o capital social (1) de _____ €, com o NIF _____ obriga-se a executar a prestação objeto do presente procedimento, no prazo de _____, em conformidade com o CE - Cadernos de Encargos, pelo preço de _____ € (_____ euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o CCP (Código dos Contratos Públicos), na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, preço este que não inclui o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

Mais declara que no preço proposto acima indicado estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pelo Município de Oliveira do Bairro, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 50.º do CCP.

Ao preço mencionado incidirá o imposto do IVA (Imposto Valor Acrescentado) à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial, e se submete em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

_____, ____ de _____ de 20____

_____ [assinatura (3)]

(1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular eliminar os dados solicitados.

(3). Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.